

O SISTEMA PÚBLICO DE COMUNICAÇÃO REPRESENTADO NAS LEGISLAÇÕES ESTADUAIS PARA RÁDIOS COM VÍNCULO GOVERNAMENTAL¹

Ivana Sonegheti DE MINGO²
Edgard REBOUÇAS³

RESUMO

Este artigo é parte de um estudo mais amplo que analisa o caso das doze emissoras de rádio em funcionamento no Brasil vinculadas a governos estaduais, e, mesmo que algumas delas operem sob o regime de concessão comercial, integram o panorama da radiodifusão pública no país. Observando a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal sugerida no artigo 223 da Constituição Federal, e o papel que o sistema público de comunicação representa para o desenvolvimento de um ambiente democrático, entende-se aqui que os princípios elencados no Artigo 221 da mesma Constituição são norteadores para tal sistema, atuando primordialmente em favor do interesse público a partir de um ideal que busca a diversidade, pluralidade, com transparência e independentes de interesses políticos ou mercadológicos. No entanto, baseando-se na perspectiva crítica da econômica política da comunicação, observa-se que democracias com economias tradicionalmente liberais tiveram na regulamentação uma peça fundamental para a perseverança e defesa da comunicação pública (RABOY, 1994), sendo o serviço público de comunicação estabelecido a partir de legislações que controlam o espectro público (PIERANTI, 2007). Nota-se, ainda, que, historicamente, na ausência de um modelo regulatório, o sistema de radiodifusão de serviço público acaba por privilegiar interesses ora comerciais ora político-partidários (BRITTOS, 2001; BOLAÑO, 2012; BUCCI, 2015). Assim, levando em consideração que o pensamento neoliberal se expande até para as relações sociais (SILVERSTONE, 2002; HARVEY, 2005; MARTIN-BARBERO, 2006; DARDOT & LAVAL, 2016), levanta-se a proposição de que a gestão dessas instituições observa os princípios constitucionais de uma ótica que privilegia o mercado e interesses privados (MURDOCK, 2006; MIÈGE, 2007). Tal proposição baseia-se ainda na evidência histórica de que a prática foi adotada já na década de 1930, tendo como exemplo os modos de financiamento e de gestão da Rádio Nacional (HAUSSEN, 1992; ZUCULOTO, 2010), formalizado pelo decreto 21.111/1932, que determinou um modelo que permite venda de espaços na programação (LIMA, 2016; RAMOS, 2008). O procedimento metodológico adotado para esta análise é o do estudo de caso, com a coleta, triangulação e análise de dados a partir de documentos e bibliografia (YIN, 2001; GIL, 2002). Para tanto, primeiramente foi realizado levantamento bibliográfico para análise histórica do sistema público brasileiro, observando a evolução da legislação e a relação que esse sistema tem com rádios públicas dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. A partir desse levantamento foram definidos como parâmetros para a coleta de dados aspectos relativos aos modos de gestão e de financiamento, e práticas de participação social e de transparência, observando a defesa desse serviço público nas legislações estaduais que vinculam emissoras de concessão comercial aos patrimônios dos estados.

¹Trabalho apresentado no GT 1 – Políticas de Comunicação para o VIII Encontro Nacional da ULEPICC- Brasil, Ihéus, Bahia, realizado de 13 a 15 de maio de 2020.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES e pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. E-mail: ivana.mingo@aluno.ufes.br.

³Professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidade da UFES e coordenador do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. E-mail: edgard.reboucas@ufes.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLAÑO, César R. S. **Considerações sobre a Economia Política do Rádio no Brasil** Revista EPTIC, Vol. XIV, nº 2, mai-ago/2012
- BRITTOS, Valério Cruz. Capitalismo, Redes Contemporâneas e Exclusão. **Revista Comunicação e Espaço Público**, a. 4, v. 1, n. 1, p.95-109, 2001.
- BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, Editora Boitempo, 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002
- HARVEY, David. A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em commodities. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (p 219-239)
- HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política: tempos de Vargas e Perón**. 1992. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992
- LIMA, Venício A. de. Governo brasileiro caiu em armadilha e desperdiçou oportunidade histórica. In: BIANCHI, Felipe (org.). **Mídia e democracia nas Américas**. São Paulo: Barão de Itararé, 2016.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: Mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis (org). **Sociedade Mídiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 51-79.
- MIÈGE, Bernard. **As indústrias culturais e mediáticas: uma abordagem sócio-econômica**. MATRIZES, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 41-54, 2007.
- MURDOCK, Graham. Transformações continentais: capitalismo, comunicação e mudança na Europa. In: SOUSA, Helena (org.). **Comunicação, Economia e Poder**. Porto: Porto Editorial, 2006.
- PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas públicas para radiodifusão e imprensa**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RABOY, Marc. The Role of the Public in Broadcasting Policy-making and Regulation: Lessons for Europe from Canada. **European Journal of Communications**, London, v.9, p. 5-23, 1994.
- RAMOS, Murilo César. Entrevista A Hegemonia do Privado sobre o Estado. **Mídia Com Democracia**, n. 7, Fev. 2008, disponível em <www.intervozes.org.br>.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. – 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001
- ZUCULOTO, Valci R. M. **A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras**, 2010. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.